

Brasília Patrimônio

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Brasília é uma cidade totalmente construída com idéias modernistas. O valor do seu plano urbanístico e de seus monumentos faz com que Brasília seja um marco mundial da arquitetura e urbanismo modernos. Assim, a Capital do Brasil foi o primeiro núcleo urbano, construído no século XX, considerado digno de ser incluído na lista de bens de valor universal, recebendo o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987, pela UNESCO.



O reconhecimento de seu valor patrimonial fundamentou-se no plano urbanístico de Lúcio Costa, concebido em quatro escalas estruturais: a Monumental - compreendida em todo o Eixo Monumental e que abriga a alma político-administrativa do País -; a Gregária - representada por todos os setores de convergência da população -; a Residencial - composta pelas Superquadras Sul e Norte - e a Bucólica - que permeia as outras três, por se destinar aos gramados, praças, áreas de lazer, orla do lago Paranoá e aos jardins tropicais de Burle Marx. Da interação dessas quatro escalas nasceu uma cidade que "sendo monumental, é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo, derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional..." (Lúcio Costa).



Para compor o plano urbanístico, Oscar Niemeyer projetou monumentos marcantes, considerados o melhor da expressão arquitetônica moderna brasileira. O grande diferencial desses monumentos e de outros espaços de Brasília é a integração da arte à arquitetura. Com isso, vários artistas de renome participaram da construção da capital, transformando-a em palco de experimentação das artes.



Todo esse diferencial urbanístico, arquitetônico e artístico faz com que Brasília seja uma cidade muito especial, diferente de qualquer outra já vista no mundo.

A História de Brasília



Com um plano urbanístico inovador e um conjunto arquitetônico mais significativo do século XX, Brasília, a capital do Brasil, foi inaugurada em 1960 por Juscelino Kubitschek. Construída em três anos e meio configura-se em um projeto, que sintetizou nas idéias, projetos e leis sobre a transferência da capital. Marcada por quatro fases: a interiorização, a construção, a inauguração e a consolidação, o Distrito Federal, hoje conta com alto índice de desenvolvimento e uma população de 2 milhões de habitantes.

A primeira idéia da interiorização da capital remete ao século XVIII e é atribuída ao Marquês de Pombal. Os inconfindentes mineiros em 1789 incluíram nas metas do movimento a transferência da capital para o interior. Quase cem anos depois, em 1892, foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central, conhecida como Missão Cruls, em homenagem ao líder do grupo, o astrônomo belga Luiz Cruls.

Um dos fortes argumentos da transferência da Capital era a questão da segurança. Quando a família real aportou-se à Colônia, o chanceler Veloso de Oliveira apresentou ao príncipe regente um memorial propondo a fixação da sede do governo no interior, distante dos portos marítimos, para garantir a segurança da capital do país. O Governo Provisório do Estado de São Paulo, em 1821, tomou a decisão de instalar a Regência do Brasil numa cidade central do Brasil “*que poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus*”. Coincidentemente, o sonho de Dom Bosco previa o surgimento de uma nova civilização em uma cidade construída entre 15 e 20 graus de latitude sul. Em 1823, José Bonifácio sugeriu o nome Brasília. Um dos maiores defensor da transferência da capital, o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1939 sugeriu estudos sobre a melhor localização da capital e em 1949 argumentou que a região ideal seria o Planalto Central, no triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Bonita.



Nas últimas décadas do Império alguns projetos sobre a interiorização da capital transitaram no Parlamento mas nenhum vingou. Apenas depois de proclamada a República foi dado o primeiro passo oficial: O artigo 3º da Constituição Brasileira de 1891 previa: “*Fica pertencente à União, no Planalto Central da República uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer a futura Capital Federal*”. O Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antão Gonçalves de Farias, por meio da portaria nº 119-A de 17 de maio de 1892 constituiu a Comissão Exploradora do Planalto

Central do Brasil, a Missão Cruls, composta de 22 membros e chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls, diretor do Observatório Imperial do Rio de Janeiro, hoje Observatório Nacional.

O Relatório Cruls foi editado a partir da experiência e do percurso da Comissão. Trata-se de minucioso levantamento sobre a topografia, o clima, a hidrografia, a fauna, a flora, a pedologia, os recursos minerais e materiais de construção existentes na região. O relatório é composto de textos descritivos, (português e francês na versão original) fotografias, tabelas, cálculos e croquis, além de um atlas com 83 caminhamentos (mapas) da região. Peça-chave da interiorização, o Relatório Cruls serviu de referência aos atos, os projetos e os estudos sobre a transferência da capital.

Destacam-se nesse período, a fixação do Distrito Federal no Quadrilátero Cruls, em 1922, pelo presidente Epitácio Pessoa e o lançamento no dia 7 setembro da pedra fundamental da futura capital nas proximidades de Planaltina, antiga cidade do estado de Goiás. A Constituição de 1946 retomou os estudos da localização da nova capital, o presidente Eurico Gaspar Dutra criou uma comissão presidida pelo general Djalma Poli Coelho. Após dois anos de estudos chegou-se a conclusão que o local adequado seria mesmo o Quadrilátero Cruls. Porém, somente a constituição de 1946 determinou que a capital fosse transferida para o Planalto Central.



O presidente Vargas voltou ao poder em 1953 e determinou a formação de uma Comissão de Localização sob o comando do marechal José Pessoa Cavalcante, com a alcunha de Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal. Aprovado pelo presidente Café Filho foram contratados os serviços da empresa americana Donald J. Belcher and Associated Incorporate, que em 1955 delimitou um retângulo de 50 mil km² para sediar a nova capital. Tais estudos resultaram na publicação do Relatório Belcher.

Em 1955, o governo de Goiás criou a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital e desapropriou a área escolhida para instalar o Distrito Federal. Na campanha presidencial em 1955, o candidato Juscelino Kubitschek, incluiu a construção de Brasília como meta-síntese de seu programa de governo. Eleito presidente, JK em abril de 1956 encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem de Anápolis, criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital NOVACAP. Em setembro do mesmo ano, a mensagem tornou-se lei. Em outubro de 1956 Juscelino Kubitschek desembarcou pela primeira vez no Planalto Central com o arquiteto Oscar Niemeyer, os engenheiros Israel Pinheiro e Bernardo Sayão, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida. No mesmo mês foi construído o Catetinho, hoje tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional. O concurso para o Plano Piloto foi realizado em 1957. Entre 26 concorrentes venceu o projeto de Lucio Costa, segundo os membros do júri, por ser “*um projeto coerente, racional, de essência urbana*”.

A equipe de Lucio Costa e o grupo de Oscar Niemeyer projetaram em curto espaço de tempo os prédios públicos e grande parte da área residencial da nova cidade. Em outubro de 1957 JK sancionou lei fixando a data da transferência da capital: 21 de abril de 1960. Como primeiro presidente da NOVACAP, o engenheiro Israel Pinheiro deu início aos trabalhos de terraplenagem. As grandes máquinas acionadas pelos candangos – trabalhadores vindo espontaneamente de todos os pontos do país, sobretudo do Nordeste – começaram a tornar realidade o Plano Piloto elaborado pelo urbanista Lucio Costa e executado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Quatro dias antes da inauguração, Israel Pinheiro foi nomeado Prefeito de Brasília, em 17 de abril de 1960.



Visionário, Juscelino Kubitschek afirmou ao inaugurar a capital. *“Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais um vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”*. Em novembro de 1956, houve pela primeira vez eleições na capital, mas apenas para a Assembléia Nacional Constituinte com a eleição de oito deputados federais e três senadores.

Em 1987, a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte aprovou a autonomia política do Distrito Federal. Ainda em 1987, outra boa notícia: Brasília foi declarada pela UNESCO *“Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade”*. Em 1987, com a promulgação da Constituição, ficaram estabelecidas as eleições diretas para os cargos de governador, vice-governador, oito deputados federais e 24 deputados distritais, que tiveram como primeira atribuição a elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. Em 1990 foi eleito o primeiro governador pelo voto direto.

Com uma área total de 5.789,16 quilômetros quadrados. Brasília, que tem um dos melhores índices de Desenvolvimento Humano do País (IDH), também ganhou destaque nacional como uma das cidades com melhor qualidade de vida do Brasil incluindo educação e saúde. Em 2002, foi aprovado o Fundo Constitucional do DF, que garantiria aportes financeiros obrigatórios da União para as áreas de educação, saúde e segurança.



Além de seus encantos próprios, Brasília é pródiga, por propiciar ao viajante, em seus arredores, um fundo mergulhar em um tempo ido. Próximas à capital, cidades históricas, coloniais, como Pirinópolis, Patrimônio Artístico e Histórico da Humanidade, e Goiás Velho, testemunha o barroco brasileiro. Nelas está preservada a memória dos séculos XVI e XVII, quando, em seus córregos, em seus rios, os aventureiros de então entregavam-se ao garimpo do ouro e do diamante.

Epicentro da brasilidade é Brasília em natural portão de entrada para a exuberância do Pantanal, com seus 230 mil quilômetros quadrados. Mundo encantado, paraíso das flores, pássaros e animais, ao qual se chega tanto por ar como por terra, pela rodovia BR-060, que no Estado do Mato Grosso transforma-se em BR-364. Com seus 1.133 quilômetros pavimentados, a viagem permite ao viajante cruzar, ainda no Estado de Goiás, o rio Araguaia, aonde se multiplicam dourados, jaús e pintados. Destino natural de quem, ao redor do planeta, viaja em busca das emoções da pesca farta, da luta contra peixes de grande porte. E extremamente saborosos.

Ao universo da mais preciosa reserva biológica do mundo, a Amazônia Brasileira, também tem fácil acesso o turista a partir de Brasília. Maior floresta úmida do planeta, a região cortada pelo maior rio em volume de água do mundo, o Amazonas, guarda primitivos, ancestrais povos de floresta, como os Yanomami e os Kayapó, e reservas biológicas de fauna riquíssima, da qual as atrações maiores são os botos, os macacos, os jacarés e as onças.

Desconcertante realidade. Pródiga visão de futuro. Brasília extravasa os limites clássicos de uma cidade. Íntima do firmamento, a capital do terceiro milênio é uma sinfonia. Composta por ventos, envolta em azul, banhada pelas matrizes se um sol resplandecente, zeloso de sua magia, criador de um anoitecer indescritível, em rosa, solferino, magenta e prata. E onde a lua, quando é cheia, quando é céu, não é apenas onipotente. É como a terra e as águas que banha, grandiosa. E generosa como alma do povo brasileiro.

Sejam bem-vindos!